

## A FORMULAÇÃO DISCURSIVA DA PSICOLOGIA ENQUANTO LEGITIMADORA DO CAMPO SIMBÓLICO BURGUES

João Diego Menezes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo busca-se a reflexão sucinta acerca das articulações entre psicologia, escola e ideologia. Através de uma pesquisa bibliográfica tentou-se evidenciar o impacto da produção científica da psicologia ao adentrar na instituição de ensino, é salientado ao longo do artigo os conflitos de classe que atravessam essas complexas relações entre a psicologia e a escola sem deixar escapar a importância da contextualização histórica nesse processo.

**Palavras-chave:** Psicologia; Aparelho Ideológico; Ideologia; Escola.

### INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a argumentação, cabe ressaltar que esse artigo é um tímido recorte de uma outra pesquisa realizada para a elaboração de um trabalho monográfico do de Psicologia do Centro Universitário UNIABEU. A refira monografia foi intitulada **Psicologia e escola, um discurso de violência**. Esse recorte não busca dar conta de toda a pesquisa anteriormente realiza, a pesar de ser completamente baseada nela, trata-se de uma tentativa de dar continuidade a mesma e abrir um novo espaço para reflexões futuras. Há tempos nos deparamos com inúmeros trabalhos acadêmicos que apontam para uma prática corretiva e ortopédica dos psicólogos nas instituições de ensino, mais precisamente, desde a década de 90 do século anterior. Uma série de autores vem se debruçando sobre pesquisas acerca da articulação entre psicologia e escola, muitas vezes o resultado tem sido uma dura crítica ao saber da psicologia enquanto produção científica que adentra ao campo educacional sem uma identidade bem definida e acaba sendo articulada como estratégia para legitimar a dominação burguesa nos conflitos de classe. Segundo Machado Kupfer (2010, p. 55), "o saber da psicologia ao ser interpelado pela escola se prontifica e logo se posiciona de forma tecnicista e ortopédica, alienando-se na identidade dada pela ideologia burguesa nesse novo campo de atuação".

Para entendermos com maior clareza a demanda que o saber da psicologia vem dar conta e a que lugar ele é interpelado a responder nessa complexa articulação de dominação existente nos conflitos de classes, é preciso compreender os atravessamentos sócio históricos que nos trouxeram a uma organização social em que a burguesia se tornou a classe dominante. Portanto, daremos um passo atrás na história para salientar, ainda que de forma sucinta, mas esclarecedora, alguns fatos imprescindíveis para melhor esclarecimento.

Afinal de contas, não é nenhuma novidade que o século XX e o XXI são expressões da dominação burguesa, entretanto, isso só foi possível por conta de uma série de movimentos políticos que deixaram suas marcas impressas na história, me refiro obviamente a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ambas tiveram seu início na segunda metade do século XVIII. O impacto dessas revoluções em um mundo governado pela monarquia foi tão grande que ao olhar para o passado nos depararemos com uma descontinuidade histórica, essas revoluções moldaram os séculos que estavam por vir. De acordo com Hobsbawm (2005, p. 83), "o próximo modelo econômico seria definido pela Revolução Industrial,

<sup>1</sup> Graduando do décimo período de Psicologia da UNIABEU.

caracterizando uma economia capitalista e industrial, enquanto que a forma de fazer política e a ideologia dominante seriam resultados da Revolução Francesa".

## **A DESCONTINUIDADE HISTÓRICA RESULTANTE DOS CONFLITOS DE CLASSE**

A Revolução Industrial teve seu acontecimento registrado no espaço de tempo entre os anos de 1780 e 1800. Para Hobsbawm (2005, p. 50-51), "na década de 1780 a força produtiva da Grã-Bretanha ganhou uma enorme velocidade sem precedentes históricos em função do alto investimento na expansão industrial". Entretanto, o desenvolvimento econômico das ilhas britânicas não se deu antes de algumas articulações políticas importantes.

O conflito de classes entre a nobreza e a burguesia ocorrido há pouco mais de um século é que deu início as condições propícias para um desenvolvimento econômico mais veloz que outros países sob regime monárquico. De acordo com Hobsbawm (2005, p. 54), "logo depois da morte do monarca Carlos I que foi julgado por traição e morto pelo povo, o lucro privado e o desenvolvimento econômico haviam se tornado a força motriz da política nacional gerando uma rápida passagem para uma economia industrial". Cabe salientar que o lucro privado era obtido através das propriedades privadas pertencente a classe burguesa que, por vezes, eram arrendadas e funcionavam em produção de grande escala e não mais apenas para o sustento próprio. Uma boa referência desse movimento era o campesinato britânico que já produzia para o comércio e não apenas para consumo próprio.

Com as condições políticas de orientação capitalista já estabelecidas, o mercado algodoeiro serviu para contribuir com o desenvolvimento capitalista na medida em que o capital era investido aumentando a produção com o mínimo de gasto e o máximo de lucro possível. Para Hobsbawm (2005, p. 60-61), "o investimento por parte da burguesia na indústria do algodão acabara por impulsionar outros setores industriais de maneira que pode ser atribuída à indústria do algodão boa parte do crédito no desenvolvimento econômico britânico". Em suma, essas foram as condições que propiciaram um desenvolvimento industrial e o assentamento de um modelo econômico capitalista, ou, seja, burguês. O capitalismo é sustentado por um complexo circuito de circulação do capital, investimento financeiro, produção em larga escala, obtenção de lucro com o mínimo de prejuízo e reinvestimento do capital excedente esse circuito só pode ocorrer quando as relações de produção material são reproduzidas. Da matéria prima à força de produção e o consumo.

Apesar do modelo de produção industrial que estava em alto desenvolvimento na Grã-Bretanha que vivia sob um regime de monarquia constitucional, ele só alcançou o restante da Europa por conta de uma reforma política que teve início na França. A Revolução Francesa, contemporânea da Revolução Industrial, traria em seu percurso os ideais que moldaram os séculos seguintes e possibilitaram a perpetuação da economia capitalista e ascensão da classe burguesa sob um ideal de liberdade.

No século XVIII a França vivia uma condição política e econômica bem diferente do seu principal rival, a Inglaterra. De acordo com Hobsbawm (2005, p. 86), "diferente da Grã-Bretanha, a França não chegava a ser uma potência econômica, pois seu regime monárquico absolutista destoava em muito das políticas orientadas para expansão capitalista dos britânicos".

Em função de uma série de contingências sociais, políticas e econômicas, a França do século XVIII era uma nação quebrada que fervilhava a ponto de um levante revolucionário. A princípio, o excesso de gastos com a guerra Americana que, de acordo com Hobsbawm (2005, p. 89), "só foi possível as custas da bancarrota dos franceses". Esse investimento foi o que enxugou a economia do país, esse detalhe associado a uma safra ruim por conta de um duro inverno que arrasou a colheita e uma tentativa de recuperar a economia através de altas taxas de impostos imputada sobre uma população nada satisfeita, resultou

num arriscado movimento político, a reunião dos Estados Gerais. Segundo Hobsbawm (2005, p. 90), "os aristocratas não levaram em consideração o tamanho da crise socioeconômica nem a independência dos ideais do Terceiro Estado".

O Terceiro Estado era a entidade representativa daqueles que não pertenciam a nobreza ou a igreja, ou seja, toda a população composta de agricultores, pequenos e grandes burgueses e trabalhadores comuns. Uma população extremamente insatisfeita por conta das altas taxas de impostos e com os privilégios da nobreza que avançavam nos cargos políticos, militares e na obtenção de terras sem permitir que nem mesmo a alta burguesia obtivesse um desenvolvimento econômico, ao contrário, fazendo com que eles refreassem por conta do avanço privilegiado dos nobres. "[...] a nobreza não só exasperava os sentimentos da classe média por sua bem-sucedida competição por postos oficiais, mas também corroía o próprio Estado através da crescente tendência de assumir a administração central e provinciana" (HOBSEAWM, 2005, p. 88).

O resultado desse conflito de classes entre a classe média e a nobreza foi um levante revolucionário que deu origem a Revolução Francesa tendo como norte um ideal burguês de liberdade rebento do movimento filosófico iluminista. De acordo com Hobsbawm (2005, p. 90), "o grupo responsável por dar o norte ideológico da Revolução foi a burguesia, sua ideologia era o liberalismo clássico, eles partiam do princípio que somos todos livres, nascemos livres, não há determinantes sobre nossas vidas". A consequência foi a criação da Assembleia Constituinte, permitindo assim que o Terceiro Estado tivesse mais participação nas decisões do Estado a ponto de conceberem a Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão que garantia que o direito das terras era inalienável, o lucro privado e que todos poderiam exercer qualquer profissão segundo suas competências.

Foi a partir da declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que todo o mundo contemporâneo foi impactado e que a monarquia absolutista e seus privilégios foram consideravelmente abalados a ponto de caírem por terra, começando pela França. Segundo Hobsbawm (2005, p. 100), "acusação de traição feita ao rei Luís XVI e sua esposa resultaram em morte de forma que nem os simpatizantes escaparam, o clero e todos, minimamente, suspeitos de contribuir com a contrarrevolução foram executados". Daí em diante, os levantes revolucionários se estenderiam por todo o século XIX e início do XX, até que as monarquias absolutistas em sua maioria se transformaram em sistemas democráticos ou monarquias constituintes.

Em outras palavras, a burguesia ascendeu ao poder do Estado através de uma filosofia liberal que ajudou a transformar o capitalismo no sistema econômico mais presente no mundo. Contudo, não é porque a classe burguesa ascendeu ao poder através dos conflitos de classes se tornando a classe dominante que seria fácil fazer a manutenção dessa dominação, para isso é preciso garantir a reprodução das relações de produção. De acordo com Althusser (1980, p. 9-10), "a reprodução das condições materiais das relações de produção é o que garante a manutenção do poder da classe dominante".

Dado esse passo atrás para olhar a história, compreendemos que os liames que nos trouxeram a uma sociedade de classes dominada pela burguesia foram os conflitos de classes do século XVIII e XIX, ficou evidente o modelo socioeconômico que sustenta a sociedade dos tempos atuais. Podemos, então, dar o próximo passo na discussão e argumentar que lugar é esse que a psicologia é interpelada à responder.

## **A IDEOLOGIA ARTICULADA COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO**

Com a ascensão da classe burguesa os conflitos de classes não cessaram, entretanto, eles se dão por classes diferentes. A própria burguesia já não mais se configura como aquela do século XVIII no início das revoluções, agora, a classe burguesa é composta pelos detentores dos grandes meios de produção, produção industrial. Atualmente, a nova classe burguesa do século XX e XXI conflita com a classe emergente

na Revolução Industrial, o proletariado, a classe que vende sua força de trabalho nas produções fabris. De acordo com Hobsbawm (2005, p. 160), "a classe proletária emerge com o industrialismo, contudo, ganha sua identidade no final da primeira metade do século XIX com os movimentos políticos de 48".

É preciso mencionar um detalhe importante para não ficar dúvidas acerca dos conflitos de classe e seus intentos. Para Althusser (1980, p. 36), "a luta de classes se dá em torno da tomada do poder de Estado, bem como de sua manutenção e manifestação por parte da classe dominante". Portanto, a luta de classes é inevitável em uma sociedade de classes.

Tendo compreendido a argumentação a cima e partindo das perspectivas de uma análise descritiva acerca da constituição de uma sociedade, Althusser (1980, p. 28), vai dizer que ela se divide em uma infraestrutura e uma supra estrutura, sendo a primeira concebida como o aspecto econômico da sociedade e a segunda se referindo as instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Cabe mencionar há uma influência mútua entre as duas estruturas. Apesar da relativa independência entre ambas as estruturas, não posso deixar escapar o fato de em última instância o aspecto econômico, a base da sociedade, influenciar diretamente nas articulações da supra estrutura, contudo, o modelo econômico social só é sustentado a medida em que as relações de produção material são reproduzidas na supra estrutura. Em outras palavras, a dominação da classe burguesa só é garantida a medida em que ela utiliza o Aparelho de Estado (AE), as instituições jurídicas, políticas e ideológicas para reproduzir as relações de produção material.

Os AE são instituições através das quais o poder de Estado é articulado, portanto, quem detém o poder econômico possui, também, o poder de Estado e quem o tem sustenta a economia. Os AE se subdividem nos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). De acordo com Althusser (1980, p. 43), "ARE são instituições que se articulam como força repressora agindo, principalmente por violência física e administrativa". Os AIE se articulam de uma forma um pouco diferente, apesar de agirem sutilmente por violência, sua articulação é muito mais ideológica. Segundo Althusser os AIE são, em geral, instituições privadas que apresentam uma dada realidade através de normas institucionais funcionando por meio da articulação ideológica que se faz presente na materialidade institucional.

Apesar da complexidade das relações que se estabelecem através dos AE e a dominação ser garantida através do exercício do poder existente no par ARE e AIE, a submissão, aceitação, ainda que relativa da constante dominação, por grande parte da sociedade se dá por conta da ideologia que opera na sociedade através do AIE. "[...] nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado" (ALTHUSSER, 1980, p. 49). Dentre os muitos AIE temos a escola, mas antes de menciona-la ou suas articulações ideológicas é preciso definir melhor o que é Ideologia.

De acordo com Althusser (1980, p. 78), ao propor sua tese geral da ideologia, ressaltando o caráter material inerente a todo sistema ideológico, afirma que "apesar de possuir um aspecto imaginário no que diz respeito a pluralidade de sentidos que a realidade pode vir a ter, ela tem origem nas condições reais da vida dos indivíduos e na tentativa de atribuir um sentido a essa forma de existir". Dessa forma é estabelecida uma dada forma de se relacionar com a realidade que é inscrita nas práticas cotidianas. A ideologia pode ser entendida como uma perspectiva de vida, um campo simbólico que opera determinada lógica e categorias que atribuem sentido a realidade e as relações que os indivíduos estabelecem.

E a operação dessa lógica simbólica articulada pela ideologia através da materialidade institucional que garante a reprodução das relações de produção material por meio dos sentidos que o indivíduo dá às relações, dessa maneira as relações de exploração como a mais-valia não são compreendidas como exploração mas como um meio de alcançar o sujeito da ideologia, "[...] só existe ideologia pelo sujeito e para sujeitos" (ALTHUSSER, 1980, p. 93).

De acordo com Althusser (1980, p. 110-111), "a ideologia convoca o indivíduo a responder do

lugar de sujeito atribuindo-lhe identidade e estabelecendo formas de se relacionar". Dessa maneira os indivíduos buscam a identidade social inerente a ideologia e por ela articulada através das instituições, operam e são operados pela ideologia dominante. É dessa maneira que a reprodução das relações materiais necessárias para garantir o complexo circuito econômico do capitalismo é realizada. Observamos em todo esse complexo processo de dominação, um assujeitamento da classe dominada à ideologia da classe dominante, uma cultura burguesa que vem operando processos de subjetivação produzindo sujeitos submissos as condições marginalizadas de existência.

Explicitada a maneira pela qual a classe burguesa vem garantindo a sua dominação sob a classe proletária, é preciso mencionar que é através da escola que a maior parte dessa produção de subjetividade acontece, é na instituição de ensino que a dominação é garantida, "[...] o que a burguesia criou como Aparelho Ideológico de Estado n.1, e, portanto, dominante, foi o aparelho escolar [...]" (ALTHUSSER, 1980, p. 62).

É na instituição de ensino que o capital humano, a força de trabalho e de consumo necessária para a mover a economia capitalista é produzida. Bourdieu e Passeron, de acordo com Saviani (1999, p. 30), "afirmam que a escola tem operado enquanto promotora da exclusão através das relações de força simbólica transmitindo uma cultura de classe na formação social". Portanto, é essa escola que interpela a psicologia, uma escola atravessada pelos conflitos de classes e que pensa e é pensada por uma ideologia burguesa com o intuito de reproduzir as relações de produção material para garantir a sua dominação

## **O SABER DA PSICOLOGIA ENQUANTO SUSTENTÁCULO DO CAMPO LÓGICO BURGUÊS**

Como foi mencionado no início do artigo, existe uma série de críticas à atuação do psicólogo na instituição de ensino, críticas referentes à uma prática ortopédica e corretiva que busca normatizar um campo lógico operado pela ideologia burguesa que é articulada nas escolas. De acordo com Saviani (1999, p. 16), "as teorias pedagógicas não críticas, ao longo dos anos vem se esforçando para dar conta da marginalidade sem levar em consideração os muitos condicionantes sociais que atravessam a instituição de ensino". Preciso ressaltar que essas teorias são as de maior presença na América Latina e se colocam sempre em uma posição de equalizadora. As teorias não críticas, pedagogia Tradicional, "Escola nova" e pedagogia Tecnicista, pensando a marginalidade como um fenômeno social resultante de casualidades nunca conseguiram alcançar sucesso em dar conta dela, pois nunca compreenderam que ela é o desfecho da imposição de um registro simbólico burguês articulado na própria escola, registro esse que cria a imagem de um sujeito ideal inalcançável por aqueles que operam, também, uma lógica simbólica diferente.

Se existe não um, mas vários campos simbólicos e operações lógicas diferentes, fica a incógnita, o que tem sustentado a legitimação do registro simbólico burguês como verdadeiro a ponto de toda uma sociedade se articular a partir deste? Segundo Pêcheux (2012, p. 30-31), "o que temos são diversas ordens de especialistas e saberes que funcionam como sustentáculo desse campo simbólico". Ou seja, o saber científico produzido por especialidades, tais como a psicologia, é o que vem sustentar o campo lógico da ideologia burguesa enquanto verdade soberana.

Temos, nesse complexo processo de dominação, uma formulação discursiva produzida a partir de uma estrutura de discurso que se configura enquanto significantes-mestre, impondo um sentido último do qual todos os outros se desdobram. De acordo com Žižek (2014, p. 49), "todo espaço discursivo existente se funda em última instância na imposição violenta do significante mestre". Chegamos a nossa resposta para a questão antes levantada, o saber da psicologia é interpelado a responder de um lugar normatizador, sustentando como verdadeiras as categorias inscritas na estrutura discursiva do campo lógico burguês.

É esse lugar de legitimação da violência simbólica exercida na imposição de um registro simbólico

em detrimento de outros que sejam destoantes, que a psicologia vem ocupar na escola. Para Rego Monteiro (2013, p. 77), "a psicologia tem se articulado nas escolas legitimando uma lógica normativa, produzindo um crivo sobre o olhar dos profissionais de educação, uma produção discursiva já estável a partir da qual operam as falas dos muitos profissionais que residem nesse campo".

É a partir desse lugar de sustentáculo de uma ideologia que a proliferação diagnóstica nas escolas acontece, uma série de enunciados e proposições inscritas em uma estrutura discursiva que sustenta um sentido de realidade e de existência que delimita o que é normal e patológico. Segundo Andrada (2005, p. 2), "a proliferação diagnóstica se dá em função da normatização legitimada pela psicologia enquanto ciência, onde todo registro simbólico que escapa a essa normatização é patologizado".

Essa captura e inserção do indivíduo em um capó simbólico além de ser caracterizada como violência simbólica, faz parte de uma complexa articulação dialética entre exclusão e inclusão. Uma estratégia de dominação que consiste em excluir a classe dominada por conta de seu registro simbólico "ordinário" e destoante para incluí-los de forma perversa e precária, até mesmo sob os estigmas de anormal como é feito com aqueles diagnosticado de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositor Desafiador, Depressão entre outros diagnósticos realizado nas escolas sobre aqueles alunos que fogem a norma. "Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo [...], através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico" (SAWAIA, 2001, p. 8).

É um complexo processo de violência articulado a partir da imposição de uma identidade que não reconhece nenhum outro registro simbólico que não seja aquele operado pela imagem especular do sujeito da ideologia burguesa, esse é o próprio aspecto de exclusão que busca incluir de forma precária e estigmatizadora o indivíduo, de forma que este, sob pena de sofrimento, busca alcançar essa imagem de sujeito ideal e acaba por reproduzir as relações de produção material, garantindo a dominação burguesa.

Ao longo da argumentação percebemos não só como a escola opera a partir da ideologia burguesa como a produção de conhecimento da psicologia tem legitimado essa dominação através de suas práticas. Em pleno século XXI, diante da diversidade cultural articulada a nível micro social em meio a uma estrutura "macro", me refiro às diversidades culturais existentes em uma unidade cultural mais ampla, não cabe pensar em uma ditadura moral normatizadora que exclui a pluralidade de sentidos possíveis as relações que estabelecemos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de argumentar qualquer consideração cabe salientar que esse artigo, não só, é um recorte da pesquisa monográfica que realizei nesse segundo semestre de 2016, sob o título **Psicologia e escola, um discurso de violência**, como já mencionado. Mas também se trata de uma continuidade da pesquisa em termos reflexivos, portanto, é uma produção inconclusa na qual pretende-se deixar o espaço para articulações futuras. Dito isso, pensemos, ainda com base na pesquisa monográfica, Adorno, através de Crochik (1992, p. 10-11), "menciona a necessidade de transcender os domínios da natureza sobre o homem através da razão, surgindo aí um *modus operandi* próprio de uma imagem especular, de Eu". O problema é que essa operação lógica naturalizada por formulações discursivas das especialidades resulta na marginalização e patologização daqueles que operam numa lógica diferente e caba por alienar os indivíduos da sua condição de potência. Eis, então, o caminho futuro pretendido por essa pesquisa inconclusa, quais instrumentos e práticas de atuação podem e devem ser desenvolvidos no campo da psicologia de forma crítica, sem que a ciência desenvolvida para lidar com o sofrimento humano venha causar mais sofrimento? Cabe a reflexão crítica sobre o desenvolvimento de novos instrumentos transformadores das relações opressoras imposta pela classe dominante.

**Referências Bibliográficas**

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelho ideológico do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- CROCHIK, Jose Leon. Notas sobre a nação Ética-Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília-DF. Vol. 12, Nº. 2, p. 10-15, 1992.
- DE ANDRADA, Edla Grisad Caldeira. **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar**. Psicologia Reflexão e Crítica, Nº 18, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric John Ernest. **A era das revoluções**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005a.
- HOBBSBAWN, Eric John Ernest. **A era do capital**. São Paulo: Editora paz e terra, 2005b.
- KUPFER, Mariana Cristina Machado. O Que toca À/A Psicologia Escolar. In: **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.
- MONTEIRO, Helena Rego. A produção do olhar 'psi': é possível trans(ver) o que se passa na escola? In: COMISSÃO de psicologia e educação. **Conversações em psicologia e educação**. Rio de Janeiro, 2013. p. 77-81.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 2012.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.
- SAWAIA, Bader; VANDERLEY, Mariangela Belfiore. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

**THE DISCURSIVE FORMULATION OF PSYCHOLOGY AS LEGITIMATION OF THE BURGUNDIAN SYMBOLIC FIELD**

**ABSTRACT** : In this article we seek a brief reflection on the articulations between psychology, school and ideology. Through a bibliographical research it was tried to highlight the impact of the scientific production of the psychology to enter the educational institution, it is emphasized throughout the article the class conflicts that cross these complex relations between the psychology and the school without leaving out the importance of the Contextualization in this process.

**Keywords:** Psychology ; Ideological Apparatuses; Ideology ; School.

Recebido em: 19 / 12 / 2016

Aceito em: 22 / 12 / 2016